

Anbid qualifica como medida política o tabelamento do "spread"

por Cecília Costa
do Rio

Uma medida de caráter político, que dará muito trabalho operacional aos bancos, mas que significará muito pouco no que se refere à redução do custo do empréstimo para o tomador. Foi dessa forma que o presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (Anbid) e diretor do Bozano Simonsen, Cristiano Buarque Franco Neto, caracterizou o tabelamento do "spread" bancário.

Segundo explicou Franco Neto, com base em informações que obteve junto à diretoria da Área Bancária do Banco Central (BC), os bancos terão de informar ao BC, todos os dias, as taxas de juros que cobram nos empréstimos, fixadas com base na taxa média de captação da semana anterior. "Esse cálculo, é claro, só poderá ser feito por computador e até as instituições bancárias se adaptarem à nova sistemática, sem dúvida alguma, haverá maior morosidade na concessão do crédito", afirmou. O presidente da Anbid crê que, "de qualquer forma, mesmo sendo complicada a operacionalização da medida, os bancos seguirão à risca a nova orientação das autoridades monetárias, por estarem muito visados pela sociedade.

"NÃO HA COMO FUGIR"

"Diz-se que historicamente tabelamentos não dão certo. Mas, no momento atual, em que toda a sociedade reclama dos elevados custos bancários, não há como fugir à medida, principalmente se levando em conta as punições, que vão desde advertência até a inabilitação permanente dos diretores", comentou. Haverá, portanto, a seu ver, um período de obediência, mas "é claro que, se o tabelamento durar muito, aos poucos o mercado procurará saídas, assim como ocorreu no congelamento de preços".

Como o "spread" médio (diferença entre taxas de captação e taxas de empréstimo) estava oscilando entre 10 e 12% ao ano, Franco Neto reconhece que ao cair para 4 e 5% resultará em redução do custo do crédito para o tomador. "Mas trata-se de uma redução pouco significativa, já que os principais compo-

nentes da taxa de juros não foram alterados: a variação das Letras do Banco Central (LBC), a tributação incidente sobre o rendimento dos títulos e a taxa real de juros oferecida ao investidor", acentuou. Com isso, na sua opinião, as taxas de juros dos empréstimos continuarão suficientemente altas para tornar a vida dos empresários insuportável.

CONTROLE DA INFLAÇÃO

Bem mais importante do que tabelar "spread", disse ainda o presidente da Anbid, é controlar a inflação, pois só assim os custos financeiros cairão, estimulando o desenvolvimento da indústria brasileira.

O presidente do Sindicato de Bancos do Estado do Rio de Janeiro, Theóphilo Azeredo Santos, também considera que a medida governamental foi antes de mais nada política e que não acarretará queda significativa nos juros. "Quando a inflação estava em torno de zero, durante, o Plano Cruzado, não havia quem reclamasse do patamar dos juros. Foi a explosão da inflação que levou os juros a níveis exorbitantes e, por isso, o necessário, antes de mais nada, é debelar a inflação", disse Azeredo Santos.

Ele crê que a seletividade vai aumentar em relação aos clientes, com o crédito tendendo a ficar mais escasso. "O certo", afirmou, "é que os lucros dos bancos vão diminuir, principalmente num momento em que a folha salarial sobe a cada mês, devido ao gatilho. Com resultados menores, essas instituições vão preocupar-se mais com o retorno das carteiras de empréstimos, só emprestando aos clientes nos quais confiam".

PREOCUPAÇÃO DO GOVERNO

O presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Arthur João Donato, também considera que os juros só cairão de forma acentuada com a queda da inflação, mas acha que o governo já demonstrou que está preocupado com a situação dos empresários, principalmente no que se refere a pequenas e microempresas, "o que, sem dúvida alguma, é extremamente positivo".